

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.177.942 - SP
(2017/0244447-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : MARIA ALICE DO CARMO PINHEIRO SIMOES
ADVOGADOS : PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA - SP032440
PAULO CARVALHO CAIUBY - SP097541
ADRIANO JOSÉ BORGES SILVA - BA017025
REQUERIDO : SONIA YAHN
REPR. POR : KATIA YAHN PINHEIRO SIMOES - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : LUCIANA MORSE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP074569
MAURICIO GIANATACIO BORGES DA COSTA - SP182842
KELLY BOTELHO DIAS - SP232810
ANA VITÓRIA MORELLO TEIXEIRA - SP393996

DECISÃO

Na petição de fls. 1037/1038, e-STJ, a parte **MARIA ALICE DO CARMO PINHEIRO SIMÕES** se opõe ao julgamento virtual do feito, sob o argumento de que "[...] será necessária intervenção do causídico da Tribuna para esclarecimentos de fatos delimitados no v. acórdão proferido pelo e. TJSP." (fl. 1037, e-STJ).

É o breve relatório.

Decido.

1. Sem prejuízo do acurado exame dos demais integrantes do colegiado, não se vislumbra, por ora, circunstância que justifique a retirada do presente feito da sessão virtual de julgamento.

A rigor, esse procedimento não implica prejuízo às partes, posto que lhes é permitida, ainda assim, a apresentação de memoriais. Quanto ao exame do processo, é de se ressaltar que o julgamento virtual se estende por tempo muito superior àquele compreendido na sessão presencial, permitindo aos julgadores, durante todo esse período, acesso ao conteúdo integral do voto do relator e dos respectivos autos.

Caso verificada, durante a sessão, a necessidade de debate ou esclarecimento de alguma matéria, os eminentes pares poderão destacar o processo para a sessão presencial, nos termos do regimento interno.

Por fim, é descabida a sustentação oral em embargos de declaração, por inexistir previsão legal ou regimental a admitindo, nos termos do arts. 937 do NCPC e 159, I, do RISTJ.

2. Do exposto, **indefiro** o pedido de retirada de pauta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator